

**Um Ministério entre a Instrução Pública e a Educação Nacional.  
Eusébio Tamagnini e o saneamento político-ideológico  
contra docentes e funcionários da UC (1934-1936)**

***A Ministry between the Public Instruction and National Education.  
Eusébio Tamagnini and the political-ideological debug against  
professors and civil servants of the University of Coimbra (1934-1936)***

GUSTAVO ESTEVES LOPES

CEIS-20 (Grupo História e Memória)

Investigador Colaborador do Núcleo de Estudos em História Oral da USP

[gustavo.lobes@uc.pt](mailto:gustavo.lobes@uc.pt)

Texto recebido em/Text submitted on: 31/01/2016

Texto aprovado em/Text approved on: 22/06/2016

*Resumo:*

O presente artigo tem como objeto aspetos político-ideológicos da passagem do antropólogo e catedrático da antiga Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, Eusébio Tamagnini pela tutela do Ministério da Instrução Pública, entre 1934 e 1936 – isto é, no lume do Estado Novo (1933-1974). Foi aquando de seu ministério que o Estado Novo deu início à depuração de docentes e investigadores, na qualidade de funcionários públicos, por motivos de ordem política e social, declarada ou suspeita, em oposição ao então recém-instituído regime tendencialmente totalitário instaurado em Portugal. O dispositivo jurídico para a legitimação da depuração destes funcionários públicos foi o Decreto-lei nº 25.317 de 1935, que esteve em vigor até a queda do Estado Novo, e cujos primeiros saneamentos vieram a ocorrer, não por acaso, na Universidade de Coimbra, berço intelectual do longo presidente do conselho de ministros, António de Oliveira Salazar (1932-1968). Cabe também destacar o papel de Eusébio Tamagnini no Ministério da Instrução Pública, no sentido de

*Abstract:*

This article is about political and ideological aspects of the passing of the anthropologist and professor at the old Faculty of Sciences, University of Coimbra, Eusébio Tamagnini, as Minister of Public Instruction, between 1934 and 1936 – that is, in the principles of the *Estado Novo* (1933-1974). It was during his ministry that the Estado Novo started to debug teachers and researchers, as public servants, for reasons of political and social order, known or suspected, as opposed to the then newly instituted tend totalitarian regime established in Portugal. The legal mechanism for legitimating clearance of these officials was the Decree-Law 25.317, 1935, which was in force until the fall of the *Estado Novo*, and whose first writedowns came to occur, not by chance, at the University of Coimbra, intellectual cradle of the president of the council of ministers, António de Oliveira Salazar (1932-1968). We should also highlight the role of Eusébio Tamagnini at the Ministry of Public Instruction in order to raise some fascist ideological apparatus to serve as the

suscitar algum aparato ideológico fascista que servisse de base para a conversão desta pasta, após seu retorno à cátedra, em Ministério da Educação Nacional, já sob a batuta de António Faria Carneiro Pacheco (1936-1940).

*Palavras-Chave:*

Eusébio Tamagnini de Matos Encarnação; Ministério da Instrução Pública/Educação; Estado Novo (Portugal); Decreto-Lei nº 25.317/1935.

basis for the conversion of this public organ, after his return to the chair, in Ministry of National Education, since under the baton of António Carneiro Pacheco (1936-1940).

*Keywords:*

Eusébio Tamagnini de Matos Encarnação; Ministry of Public Instruction/National Education; Estado Novo (Portugal); Decree-Law nº 25.317/1935.

## Introdução

O presente artigo tem como objeto aspetos político-ideológicos da passagem do antropólogo e catedrático da antiga Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, Eusébio Barbosa Tamagnini de Matos Encarnação, pela tutela do Ministério da Instrução Pública, entre 1934 e 1936 – isto é, no lume do Estado Novo (1933-1974). Foi aquando de seu ministério que o Estado Novo deu início à depuração de docentes e investigadores, na qualidade de funcionários públicos, por motivos de ordem política e social, declarada ou suspeita, em oposição ao então recém-instituído regime tendencialmente totalitário instaurado em Portugal. O dispositivo jurídico para a legitimação da depuração destes funcionários públicos foi o Decreto-lei nº 25.317 de 1935, que esteve em vigor até a queda do Estado Novo, e cujos primeiros saneamentos vieram a ocorrer, não por acaso, na Universidade de Coimbra, berço intelectual do longo presidente do conselho de ministros, António de Oliveira Salazar (1932-1968). Cabe também destacar o papel de Eusébio Tamagnini no Ministério da Instrução Pública, no sentido de suscitar algum aparato ideológico fascista que servisse de base para a conversão desta pasta, após seu retorno à cátedra, em Ministério da Educação Nacional, já sob a batuta de António Faria Carneiro Pacheco (1936-1940).

## Eusébio Tamagnini à frente do Ministério da Instrução Pública (1934-1936)

“O ministro é, acima de tudo, o representante da constelação política instalada; cabe-lhe, portanto, por em prática o programa da constelação de que faz parte, julgando, em função do programa, as propostas que lhe são oferecidas pelos funcionários especializados ou dando a seus subordinados as diretrizes políticas conforme à linha de seu partido”. Max Weber, *circa* 1919<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Max Weber, *Ciência e Política como Vocação*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2007, p.74.

“A questão – como diz Paul Popenhoe – está posta em termos tais que nenhuma Nação, nenhum Povo, pode ignorar”. Podem discutir-se pormenores, pode discordar-se de certos processos, mas o que ninguém pode contestar é a seguinte afirmação de Hitler: “Numa época em que as raças se estão intoxicando a si próprias, o Estado que devote seus cuidados aos seus melhores elementos étnicos dominará o mundo”. Longe de nós ideias imperialistas: o que afirmamos é simplesmente a necessidade de revalorização nacional. Que a Nação portuguesa seja eterna e os seus filhos valores mentais e morais dignos de respeito e consideração no conceito das Nações Cultas”, Eusébio Tamagnini, 1934<sup>2</sup>

Em conferências proferidas a estudantes de Munique, a finais dos anos 1910, e pouco antes de seu falecimento, em 1920, reunidas postumamente em *Ciência e Política: Duas Vocações*, Max Weber tinha como objeto destas lições a racionalidade e a ética como condições necessárias à funcionalidade (ou não) do Estado moderno; de modo que a Ciência, além de contribuir para o desenvolvimento tecnológico, é instrumento primaz para a construção dos métodos de pensamento, e mesmo para o adestramento do pensar e que, por conseguinte, torna-se indispensável como meio ou fim na fruição ou gestão do poder político. O pensador germânico, de monárquico confesso a redimido republicano e democrata, presenciou o princípio de crise dos regimes liberais e a ascensão de agrupamentos político-ideológicos fascistas e nacional-socialistas, seja em seu país, ou para fora dele. Para além dele, vocacionados cientistas de diversas áreas do saber não apenas testemunharam este cenário de crise, como também deste participaram, com a colaboração ideológica ou mesmo tornando-se agentes políticos de Estados-Nação tendencialmente totalitários. No entendimento de Max Weber, quaisquer indivíduos que entram para este campo das relações humanas (e institucionais), estão a viver *da* política e/ou viver *para* a política, sendo a ética o principal elemento condicionante no reger do pensamento e da ação destes indivíduos.

Não muito longe, e tampouco o suficientemente perto de uma Alemanha a recolher seus cacos como força derrotada na I Grande Guerra, no Portugal inflamado por sucessivas crises e tentativas golpistas no decurso de toda sua I República (instaurada em 1910 e caída em 1926), proeminentes vozes conservadoras, vindas não apenas da capital Lisboa ou da emergente cidade do Porto, mas também da *velha* Universidade de Coimbra, ao mesmo tempo, rogavam pelo retorno a tradições políticas confessionais de tempos monárquicos.

---

<sup>2</sup> Eusébio Tamagnini de Matos Encarnação, “Lição inaugural do ano lectivo de 1934-1935”, *Revista da Faculdade de Ciências*, v.1, nº1, Coimbra (1934), p. 28.

Por outro lado, demonstravam-se também afetos a “políticas do espírito”, e a um discurso cientista para a justificação da existência de uma suposta raça portuguesa e sobre como seria importante o seu aprimoramento, “a Bem da Nação” – seja em termos eugénicos, ou de higiene racial<sup>3</sup>. Aquando da conversão da Ditadura Militar (1926-1933) em Estado Novo (1933-1974)<sup>3</sup> – regime *tendencialmente totalitário*<sup>4</sup> este cuja duração, quase até seu fim, foi encabeçado pelo Presidente do Conselho de Ministros, António de Oliveira Salazar, professor catedrático da Faculdade de Direito (cadeira de Finanças) da Universidade de Coimbra – o “cientismo autoritário”, nomeadamente com programas de Eugénica e a Higiene Racial, também fazia parte da agenda de sua estruturação político-ideológica, enfaticamente em seus princípios. Destes cientistas voltados a tais investigações interessantes ao Estado Novo, citem-se Eusébio Barbosa Tamagnini de Matos Encarnação (1880-1972), professor catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra e outros, como o também antropólogo António Augusto Mendes Correia (1888-1969)<sup>5</sup>. Vocacionados à ciência e à política, intelectuais portugueses como Eusébio Tamagnini não se furtaram em colaborar diretamente para com a política do Estado Novo, de modo a assumirem em determinado momento responsabilidades, inclusivamente, na composição da “elite ministerial” de António de Oliveira Salazar<sup>6</sup>.

Dentre aqueles que preocuparam-se com a vida e obra de Eusébio Tamagnini, citem-se, nomeadamente, Gonçalo Duro dos Santos, Alberto Xavier da Cunha, dentre outros, que inserem-no em variados temas de História da

---

<sup>3</sup> Para o enquadramento historiográfico destes regimes políticos, cf. Luís Reis Torgal, *Estados Novos, Estado Novo*. 2 volumes, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2009; Fernando Rosas (coord.), *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, *Nova História de Portugal*, vol. XII, Lisboa, Editorial Presença, 1990.

<sup>4</sup> Cf. João Paulo Avelãs Nunes, “Tipologias de regimes políticos. Para uma leitura neomoderna do Estado Novo e do Nuevo Estado”, *Revista Portuguesa de História*, 34 (2000), p. 305-348.

<sup>5</sup> Professor catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, e idealizador da proposta “historicamente vencedora” para as políticas higienistas e etno-anropológicas e museológicas portuguesas, sobretudo entre os anos 1920 e 1960 (em detrimento da proposta radicalmente eugénica de Eusébio Tamagnini), seja para o continente e regiões insulares, seja para as ex-colónias. Quanto à sua trajetória política, Mendes Correia veio a ser presidente da Câmara Municipal do Porto e procurador da Câmara Corporativa, e posteriormente deputado da Assembleia Nacional entre 1945 e seu falecimento. Cf. Alice Duarte, “Antropologia Portuguesa. A opção Etno-Folclorista e o Estado Novo”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 39, fasc. 3-4 (1999), p. 81-96; Patrícia Ferraz de Mattos, “Aperfeiçoar a ‘Raça’, Salvar a Nação: Eugenia, Teorias Nacionalistas e Situação Colonial em Portugal”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 50 (2010), p. 89-111.

<sup>6</sup> Cf. António Costa Pinto, “O império do professor: Salazar e a elite ministerial do Estado Novo (1933-1945)”, *Análise Social*, v. XXXV, n.º 157 (2000), p. 1055-1076.

Universidade de Coimbra, e de História da Ciência e da Antropologia e da Educação em Portugal – não obstante seu conhecido alinhamento a doutrinas tendencialmente totalitárias e sua trajetória como agente político ainda escapem a uma investigação mais aprofundada<sup>7</sup>. Oriundo de uma aristocrática família de médicos, nascido e falecido em Tomar, e homem que não deixou descendentes diretos, Eusébio Barbosa Tamagnini de Matos Encarnação licenciou-se pela 2ª Secção da extinta Faculdade de Filosofia (Ciências Histórico-Naturais) em 1903, e doutorou-se em 1904, também pela mesma secção. Ingressou na carreira universitária, como lente substituto, em 1905, alcançando o posto de professor catedrático da Faculdade de Filosofia em 1907, por nomeação, em lugar do cessante (por motivações políticas) Bernardino Machado (1851-1944), fundador da cadeira de Antropologia na Universidade de Coimbra, e futuro Presidente da República (1915-1917/1925-1926). Foi nomeado diretor do Instituto de Antropologia (1907-1934), eleito Vice-Reitor da Universidade (1916-1919), nomeado bibliotecário da Escola Normal Superior de Coimbra (1919-1924), sendo em seguida o seu último diretor (1926-1930). Após sua passagem pelo Ministério da Instrução Pública (1934-1936), retornou à cátedra no Instituto de Antropologia, e foi nomeado diretor do então Museu e Laboratório de Antropologia da Universidade de Coimbra, até sua jubilação em 1950. Em décadas, participou de júris em diversos concursos para cargos docentes e liceais. Teve uma intensa atividade científica, atestada pelo significativo volume de publicações, no decurso de cinco sucessivas décadas – assim como suas *orações de sapiência* e *lições inaugurais* à Universidade de Coimbra são consideradas das mais célebres, à primeira metade do século XX. Afeto a atividades científicas societárias, o mesmo tentou inclusivamente criar a sua, a “Sociedade Portuguesa de Estudos Eugénicos”, proposta em 1933, e fundada em 1938, não obstante acerca desta entidade são pouco conhecidos seus posteriores desdobramentos e realizações<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> Cf. Gonçalo Duro dos Santos, *Topografias Imaginárias: as Estórias de Eusébio Tamagnini no Instituto de Antropologia de Coimbra entre 1902 e 1952*, Tese de Licenciatura, Departamento de Antropologia da Universidade de Coimbra, 1996; Idem, *A Escola de Antropologia de Coimbra, 1880-1950. Que significa seguir uma regra científica?*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2005; Alberto Xavier da Cunha, “Contribution à l’Histoire de L’Anthropologie Physique au Portugal”, *Contribuições para o Estudo da Antropologia Portuguesa*, v. XI, fasc. 1º (1982), p. 5-56; João Pina Cabral, “L’anthropologie portugaise” in Pierre Bonne & Michel Izard (eds.), *Dictionnaire de l’ethnologie e de l’anthropologie*. Paris, PUF, 1991; António Gomes Ferreira e Luís Mota, “Formar professores para Cumprir a Educação na República. A Ideologia e a Acção Política” in Vitor Neto (coord.), *República, Universidade e Academia*, Coimbra, Almedina, 2012.

<sup>8</sup> Acerca da “Sociedade Portuguesa de Estudos Eugénicos”, consultar o verbete “Sociedade de Estudos Eugénicos” in António Augusto Mendes Correia (Dir.), *Grande Enciclopédia Luso-Brasileira*,

Quanto à sua atividade política de Estado e militante, Eusébio Tamagnini ocupou cargos administrativos na Câmara Municipal de Coimbra durante a I República; associou-se em tempos de Ditadura Nacional e princípios de Estado Novo ao Movimento Nacional-Sindicalista, liderado por Francisco de Barcelos Rolão Preto (1893-1977), até formalizar sua adesão em 1934 à União Nacional – afastado da qual em 1937, após a adesão nesta de *republicanos conservadores*, como Fernando Bissaya Barreto (1888-1974) –, e à Legião Portuguesa em 1936<sup>9</sup>. E compreender tal momento do antropólogo e educador Eusébio Tamagnini, como agente político no decurso da Ditadura Militar e de princípios do Estado Novo, é significativo no sentido de perceber algumas características de seu colaboracionismo, à partida, como consequência de seu sentimento de dever patriótico em fazer cientificamente funcionar o Estado – dever este que entretanto traduziu-se em um adestramento (de si e de outrem) no pensar, e uma confusão vocacional entre um viver *da* política e um viver *para* a política (à luz do mote das referidas conferências de Max Weber), ou em que medida tais situações passaram a ser indissociáveis, nesta altura de sua vida.

Momento que merece ser mais investigado acerca da vida pública de Eusébio Tamagnini é sua condução do Ministério da Instrução Pública, cuja posse deu-se a 23 de outubro de 1934, e sua exoneração a 18 de janeiro de 1936. No campo da educação, antes de tomar lugar no Ministério da Instrução Pública, como diretor da Escola Normal Superior de Coimbra foi um declarado discordante de sua extinção ocorrida durante o segundo ministério de Gustavo Cordeiro Ramos (1930-1933). Não apenas da parte de Eusébio Tamagnini, a extinção em 1930 das Escolas Normais Superiores de Lisboa e Coimbra, pela Ditadura Militar (1926-1933), recebeu a desaprovação também da parte de cientistas, educadores e políticos republicanos demoliberais e socialistas, e outros de cariz conservador, uma vez que esta decisão poderia prejudicar a já carente formação teórica e prática do professorado liceal<sup>10</sup>. Mas tal encerramento das Escolas Superiores de modo algum veio a suscitar cisões drásticas à ala conservadora no seio regime que derrubou a agónica I República (1910-1926) – ao contrário, estimulou a aproximação, e mesmo adesão, de monárquicos, católicos conservadores a militantes de movimentos de extrema-direita à causa da estruturação de um Estado tendencialmente totalitário. Dentre estes conservadores até então desgarrados da política de Estado, havia o nome

---

v. XXIX, Lisboa e Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédica, p. 466-7. Na mesma enciclopédia, volume XXX, cf. também o verbete para “TAMAGNINI (Eusébio)”, p. 607-609.

<sup>9</sup> Luís Nuno Rodrigues, “ ‘A gravidade da hora que passa!’: a criação da Legião Portuguesa em 1936”, *Análise Social*, v. XXX, nº130 (1995), p. 91-119.

<sup>10</sup> António Gomes Ferreira & Luís Mota, “Formar professores...”, cit.

de Eusébio Tamagnini, que demonstrava haver uma constante vontade de colaboração político-ideológica, com ares pedagógico-científicos, à altura de 1933-1934, também como conferencista e dirigente do Movimento Nacional-Sindicalista, sobre os rumos da educação do país.

No interregno entre 1930 e 1934, percebe-se uma ética propriamente político-ideológica de cariz autoritário de Eusébio Tamagnini que reproduzia-se com maior virulência em sua atividade científica e pedagógica, verificada em tanto em orações de sapiência e publicações, como em registos de intervenções suas no âmbito do Senado e na Assembleia Geral da Universidade de Coimbra. Dentre estas publicações, citem-se “Documentos. Sociedade Portuguesa de Estudos Eugénicos”, e “Lição inaugural do ano lectivo 1934-1935”<sup>11</sup>; ao passo que, dentre suas intervenções na Assembleia Geral da Universidade de Coimbra, por exemplo, o mesmo procura constranger abertamente e calar um de seus colegas de Faculdade de Ciências, também professor catedrático, o botânico Aurélio Pereira da Silva Quintanilha, especificamente, em sessão que teve lugar a 6 de maio de 1933, motivada por um conhecido imbróglio ocorrido desde a sessão anterior, a 30 de abril, e que tomou demasiadas proporções, em função de uma discussão pessoal deste com o ex-Reitor e professor catedrático da Faculdade de Direito, Domingos Fezas Vital<sup>12</sup>. À altura de meados de 1934, questões

---

<sup>11</sup> Cf. Eusébio Tamagnini de Matos Encarnação, “Documentos. Sociedade Portuguesa de Estudos Eugénicos”, *Arquivo de Anatomia e Antropologia*, 16, v. XVI (1934), p. 111-134; Para a bibliografia de Eusébio Tamagnini, contabilizada pela Universidade de Coimbra: ([http://www.uc.pt/org/historia\\_ciencia\\_na\\_uc/autores/ENCARNACAO\\_eusebiobarbostamagninidematos/obrasdoautor#o](http://www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/autores/ENCARNACAO_eusebiobarbostamagninidematos/obrasdoautor#o)), consultado em 12/01/2016). Consultar também sites como <http://webopac.uc.pt> e <http://digitalis.uc.pt> para aceder digitalmente a quantidade expressiva de suas obras (em sua maioria publicadas nos periódicos *Revista da Universidade de Coimbra*, *Revista da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra* e *Contribuições para o Estudo da Antropologia Portuguesa*). Presume-se que toda sua bibliografia impressa encontra-se depositada em bibliotecas da Universidade de Coimbra, em particular no atual Departamento de Ciências da Vida da Faculdade de Ciências e Tecnologia (DCV-FCTUC). Interessante também realizar-se a consulta presencial ao ficheiro de entradas bibliográficas e de periódicos da Biblioteca do referido DCV-FCTUC, dada a contribuição de Eusébio Tamagnini para a constituição deste acervo, sobretudo no que tange à Antropologia Física e à Eugénica. E, mediante autorização prévia, é possível também consultar a “Documentação do Instituto de Antropologia de Coimbra” (DAIAC), depositada neste instituto, embora este fundo ainda demande de sistemática catalogação.

<sup>12</sup> Este imbróglio que chegou ao nível de ofensas pessoais e retratação parcial de Aurélio Quintanilha está relacionado à pauta da sessão anterior de 30 de abril de 1933, à Assembleia Geral. Aurélio Quintanilha foi convidado a dar explicações acerca de uma conferência sua proferida à sala do jornal *O Século*, intitulada “O problema universitário em Portugal”, a finais de março do mesmo ano, e que causou má impressão em colegas do Senado e Assembleia Geral da Universidade de Coimbra. Cf. Manuel Augusto Rodrigues (ed.), *A Universidade no Século XX: Actas da Assembleia Geral (1911-1934)*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra,



mais importantes que esta, como a extinção da Imprensa da Universidade, já haviam se tornado motivo de (auto)censura da parte docente, inclusivamente aquela diretamente afetada, como o professor doutor Joaquim de Carvalho, seu último administrador<sup>13</sup>.

Antes de assumir o Ministério da Instrução Pública, Eusébio Tamagnini já era um colaborador oficial da pasta desde a segunda época do cessante Gustavo Cordeiro Ramos à sua frente, em comissões para a organização geral do ensino, e outras responsabilidades no âmbito do Ministério da Instrução Pública e de seus órgãos subordinados ou adjacentes – como a autonómica *em potencial* Junta de Educação Nacional (JEN), criada a partir do Decreto nº 16.381, de 16 de janeiro de 1929, para fins de promover e estruturar o desenvolvimento científico do país. Mas à medida que a noção de “Educação Nacional”, de cariz nacionalista e corporativista, veio definitivamente suplantar o ideário republicano de “Instrução Pública”, ao Estado Novo era necessário a incorporação de agentes político-ideológicos de pensamento e ação assaz intransigentes para se realizar tal escopo de “difícil substituição de legitimidades”, caracterizado, segundo António Nóvoa, sobretudo no que concerne ao ensino primário e liceal, por uma estratégia de *compartimentação social e sexual do ensino*, uma lógica de *realismo pragmático*, pela imposição de *uma administração centralista e autoritária*, e de uma atitude de *desprofissionalização do professorado*<sup>14</sup>. Quanto à atividade científica e ao ensino superior, claramente desprestigiados pelo Ministério da Instrução Pública, nesta altura dos acontecimentos, estas áreas foram tratadas desde os finais da Ditadura Militar (mesmo com a criação da JEN) com patente avareza, senão como caso de polícia ou ameaça ao governo; e aquando da chegada de Eusébio Tamagnini à pasta, “a sua actuação como

---

1988. Quanto à intervenção de Eusébio Tamagnini, a 6 de maio de 1933, lê-se excerto in Manuel Augusto Rodrigues, *op. cit.*, p. 95, da transcrição feita pelo então Secretário-Geral da Universidade de Coimbra, José de Oliveira Neves: “O professor Doutor Tamagnini requer ao Exmo. Reitor que não seja concedida a palavra ao professor Quintanilha enquanto este não retirar ou provar as acusações que fez ao professor Fezas Vital, requerimento que o Exmo Reitor deferiu dando a palavra ao professor Damião Peres”.

<sup>13</sup> Para a extinção da Imprensa da Universidade foram sancionados os seguintes diplomas: Decreto-Lei nº 24.124, de 30 de junho de 1934; e o Decreto-Lei nº 24 440, de 29 de agosto de 1934, momento este que o Ministério da Instrução Pública foi interinamente gerido pelo ministro da Justiça, Manuel Rodrigues Júnior. Sobre este assunto, Cf. Luís Reis Torgal, “O contexto político da extinção da Imprensa da Universidade pelo Estado Novo” in José Antunes, Isabel Vargues, Irene Vaquinhas, Luís Reis Torgal, Fernando Regateiro, *Imprensa da Universidade de Coimbra. Uma história dentro da História*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2001, p. 93-124.

<sup>14</sup> António Nóvoa, “A Educação Nacional” in Fernando Rosas (coord.), *Nova História de Portugal*, volume XI, *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, Lisboa, Editorial Presença, 1990, p. 457-8.



ministro, e em particular a relação estabelecida com a JEN, ficou marcada pelo cerceamento de recursos e alguma desconfiança no plano governativo”<sup>15</sup>.

Não apenas por sua vocação à ciência e política, ou por alinhar-se como um adepto de última hora do Salazarismo, Eusébio Tamagnini foi convidado a ingressar na “elite ministerial” do “império do professor” possivelmente por outras qualidades que assentem em seu *habitus*<sup>16</sup> – conceito este que, à luz do pensamento de Pierre Bourdieu, e das investigações aplicadas de Gonçalo Duro dos Santos, basicamente, pode ser entendido como *o processo de constante interação dos sistemas de disposições generativas particulares com as todas estruturas impostas ao indivíduo* –, notoriamente aristocrático e autoritário que o caracterizou em suas relações ou ambiências verificadas nos campos científicos, universitários, institucionais e políticos de sua vida pública. E sua posse, a 23 de outubro de 1934, ocorreu em momento no qual as relações entre Ministério da Instrução Pública, Junta de Educação Nacional, e pessoal docente e de investigação em nível nacional (e com toda a omissão oficial das Universidades) apresentavam-se delicadas; e cuja primeira medida sua tomada na gestão da pasta, ainda assim, e à revelia, foi determinar o cancelamento e concessão de todas as bolsas de estudo/investigação a serem desenvolvidas no país.

Entre os meses de maio e junho de 1935, Eusébio Tamagnini seguiu com sua particular contribuição político-ideológica e científico-pedagógica para com aquela composição do então do Conselho de Ministros indigitado pelo General Óscar Carmona (e confirmado a partir do Decreto nº 24.602, de 23 de outubro de 1934)<sup>17</sup>, e durante o qual legalmente foram definidas algumas de suas prioridades à frente da pasta, rumo à institucionalização da “Educação Nacional”: a reforma do ensino secundário (Lei nº1.904, de 21 de maio)<sup>18</sup>, e correlato à qual a introdução de cursos de higiene geral, em todos os liceus, e de puericultura, nos liceus femininos, ou mistos com turmas exclusivamente femininas (Lei nº1.916, de 25 de maio)<sup>19</sup>; as bases para o ensino primário

---

<sup>15</sup> Maria Fernanda Rollo, Maria Inês Queiróz, Tiago Brandão, Ângela Salgueiro, *Ciência, Cultura e Língua em Portugal no Século XX. Da Junta de Educação Nacional ao Instituto Camões*, Lisboa, Instituto Camões/Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2012, p. 93.

<sup>16</sup> Cf. Pierre Bourdieu, *Le Sens Pratique*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1980; Gonçalo Duro dos Santos, *Topografias Imaginárias...*, cit., 2005.

<sup>17</sup> Diário do Governo, 23/10/1934, I Série, nº249, Suplemento. (<https://dre.pt/application/file/217796>, consultado em 13/01/2016).

<sup>18</sup> Diário do Governo, 21/05/1935, I Série, nº115, p. 704-5 (<https://dre.pt/application/file/577424>, consultado em 13/01/2016).

<sup>19</sup> Diário do Governo, 25/05/1935, I Série, nº119, p. 738-9 (<https://dre.pt/application/file/577611>, consultado em 13/01/2016).

específico às escolas rurais (Lei nº1.918, de 27 de maio<sup>20</sup>); medidas de restritivas do acesso ao ensino superior e liceal, por meio de concursos de admissão (respectivamente, os Decretos nº25.406, 25 de maio<sup>21</sup>, e nº25.461, de 5 de junho)<sup>22</sup>.

O acesso ao catálogo geral e propriamente à documentação sob a salvaguarda do Arquivo Histórico do Ministério da Educação e Ciência demonstra claramente quais eram as prioridades do Ministério da Instrução Pública em tempos de Ditadura Militar e princípios de Estado Novo. Além do maior controlo administrativo direto sobre ensinos primário, secundário e liceal, por meio da sistemática exigência de relatórios de instituições e docentes em nível nacional, a tutela de Eusébio Tamagnini à frente do Ministério da Instrução Pública teve também a peculiaridade de servir a propósitos eugénicos e higienistas, como se depreende, por exemplo, pelo conjunto de relatórios nos quais reúnem-se “folhas antropométricas” e coleções de “boletins de antecedentes clínicos” de alunas do Liceu Carolina Michaelis (cidade do Porto), com idade entre 10 e 13 anos, dentre outras exigências feitas às instituições. Por outro lado, questões relativas ao ensino superior eram resolvidas no âmbito da presidência do Conselho de Ministros, visto ser do interesse do próprio Salazar a condução de alguns destes assuntos, nomeadamente quanto ao controlo político-ideológico interno a Universidades e instituições correlatas (o que não faz Eusébio Tamagnini deixar de ser um ativo participante deste contexto)<sup>23</sup>.

---

<sup>20</sup> Diário do Governo, 27/05/1935, I Série, nº120, p.746 (<https://dre.pt/application/file/576254>, consultado em 13/01/2016).

<sup>21</sup> Diário do Governo, 25/05/1935, I Série, nº119, p.739-43 (<https://dre.pt/application/file/577619>, consultado em 13/01/2016).

<sup>22</sup> Diário do Governo, 05/06/1935, I Série, nº128, p.824-26. (<https://dre.pt/application/file/576027>, consultado em 13/01/2016). Diário do Governo, 23/10/1934, I Série, nº249, Suplemento. (<https://dre.pt/application/file/217796>, consultado em 13/01/2016). “Inesperadamente, o ministro da Instrução, Eusébio Tamagnini, forneceu uma base «científica» a esta nova ideologia inigualitária. Alegando que o psicólogo americano Terman provara que o nível mental dos alunos era variável, Tamagnini concluía que a população escolar portuguesa se dividia em cinco grupos: ineducáveis (8 %), normais estúpidos (15 %), inteligência média (60 %), inteligência superior (15 %) e notáveis (2 %). Por conseguinte, os ideais democráticos baseavam-se em premissas contraditórias e biologicamente falsas. A escola única não passava de um absurdo” cf., Maria Filomena Mónica, “«Deve-se ensinar o povo a ler?» a questão do analfabetismo (1926-1939)”, *Análise Social*, vol. XIII (50), 2º semestre (1977), p. 338.

<sup>23</sup> Para uma perspetiva global dos fundos e coleções salvaguardadas pelo Arquivo Histórico do Ministério da Educação e Ciência, cf. Ministério da Educação e Ciência – Secretaria Geral, *Guia de Fundos*, Lisboa, 2014. Para aceder à base de dados: [eduarquivo.sec-geral.mec.pt](http://eduarquivo.sec-geral.mec.pt). Referente às “folhas antropométricas de alunas”, e “boletins de antecedentes clínicos”, buscar pelas cotas: PT/MESG/06/LCM/HSE/04/001, PT/MESG/06/LCM/HSE/04/003, PT/MESG/06/LCM/HSE/04/006, PT/MESG/06/LCM/HSE/01/003, PT/MESG/06/LCM/HSE/01/002.

No obscurantismo das reformas em prol da institucionalização da “Educação Nacional” (em detrimento de um já esvaziado republicanismo da Instrução Pública, e pela manutenção do ostracismo relegado à atividade científica e ao ensino superior), sucedeu-se o princípio do oficial saneamento político-ideológico, perseguição e exclusão de quadros do funcionalismo público português, dentre civis e/ou militares, e dentro do qual incluíam-se: professores primários, liceais e universitários; investigadores científicos; e funcionários de Universidades e instituições de ensino superior<sup>24</sup>. O diploma jurídico para efeitos deste primeiro saneamento político-ideológico, em tempos de Estado Novo (redigido pelas mãos do Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar, e pelo Ministro da Justiça, Manuel Rodrigues Junior), foi o Decreto-lei nº25.317, de 13 de maio de 1935<sup>25</sup>, e em cujo preâmbulo justifica-se que “Não pode o Estado, sem abdicar de seu próprio prestígio e defesa, consentir que se mantenha tal estado de cousas, a que urge pôr termo com a adopção das soluções mais adequadas.”; e que, para esta finalidade, já em seu artigo 1º, lê-se: “Os funcionários ou empregados, civis ou militares, que tenham revelado ou revelem espírito de oposição aos princípios fundamentais da Constituição Política, ou não dêem garantia de cooperar na realização dos fins superiores do Estado, serão reformados ou aposentados, se a isso tiverem direito, ou demitidos ao contrário”. Em seguida à sanção deste diploma, foi publicada Resolução com a lista que relaciona 33 funcionários públicos demissionários, cujo signatário único foi António de Oliveira Salazar, na qualidade de Presidente do Conselho de Ministros<sup>26</sup>. Obviamente, na relação destes saneados, havia aqueles escolhidos a dedo por Salazar, mas juridicamente, como afere-se pela leitura do artigo 4º do mesmo diploma: “A demissão, a reforma ou aposentação e a exclusão dos concursos ou escolas é sempre competência do Conselho de Ministros”<sup>27</sup>.

---

<sup>24</sup> Cf. Luís Reis Torgal, *A Universidade e o Estado Novo. O Caso de Coimbra: 1926-1961*, Coimbra, Minerva, 1999; Fernando Rosas & Cristina Sizifredo, *Estado Novo e Universidade: a Perseguição aos Professores*, Lisboa, Tinta da China, 2013.

<sup>25</sup> Diário do Governo, 13/05/1935, I Série, nº 108, p.649-50 ( <https://dre.pt/application/file/577247>, consultado em 13/01/2016).

<sup>26</sup> Diário do Governo, 16/01/1935, I Série, nº 111, p.1-2 ( <https://dre.pt/application/file/577659>, consultado em 13/01/2016).

<sup>27</sup> Dos 33 primeiros saneados, tiveram interrompidas suas carreiras, definitiva ou momentaneamente: 6 funcionários de instituições jurídicas (dentre juizes, inspetores, e conservadores); 6 oficiais militares; 6 professores universitários (a contar com 1 também militar); 10 professores do ensino secundário, primário ou especial; 2 funcionários administrativos universitários; e 3 chefes de repartições públicas. Os 6 professores universitários saneados por meio do referido diploma foram: Abel de Lima Salazar (Faculdade de Medicina da Universidade do Porto); Álvaro Isidro de Faria Lapa (Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa); Aurélio

Por meio da leitura de algumas outras fontes documentais, disponíveis à consulta em arquivos públicos e/ou em suas plataformas digitais, poder-se-á perceber que Eusébio Tamagnini, para além das deliberações específicas tomadas à frente do Ministério da Instrução Pública, foi também decisivo neste processo de saneamento, não obstante e obviamente na condição de coadjuvante. Sem dúvida alguma sob a sombra do Presidente do Conselho de Ministros, António de Oliveira Salazar; do Presidente da República, General Óscar Carmona; e de outros – como o professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, e Ministro da Justiça e interino cessante da Instrução Pública, Manuel Rodrigues Júnior; e o Cardeal Patriarca de Lisboa e professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Dom Manuel Gonçalves Cerejeira<sup>28</sup> –, sua parcela principal colaboração no contexto do Decreto-lei nº 25.317/1935 foi estimular o pânico e excluir pessoal de seu próprio meio universitário e científico nomeadamente na Universidade de Coimbra, pois sabia à partida como e a quem atingir tal saneamento. Ou seja, uma atitude derivada de seu *habitus*, e *quase com a precisão cirúrgica da qual sua ascendência familiar fora afamada*.

Uma leitura atenta a processos individuais de professores da Universidade de Coimbra, e outros fundos (físicos e/ou digitalizados), pode revelar um pouco mais sobre este pernicioso e silencioso “fascismo de cátedra” – conceção esta ensaiada pelo filósofo e ex-Reitor de Salamanca, Miguel de Unamuno (1864-

---

Pereira da Silva Quintanilha (Professor Catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra); José Mendes Ribeiro Norton de Matos (General, e Professor do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa); Manuel Rodrigues Lapa (Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa); e Sílvio Vieira Mendes de Lima (Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra). Os 2 funcionários administrativos universitários: José de Oliveira Neves (Secretário-Geral da Universidade de Coimbra), e Rafael Augusto de Sousa Ribeiro (Chefe da Secretaria da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa) – isto é, facilmente depreende-se que quanto à primeira vaga de depurações sofridas por professores e funcionários universitários, por meio deste diploma, quase metade alvejada era pertencente à Universidade de Coimbra (e mais que isto, eram indivíduos-chave na sôfrega resistência à Ditadura e ao Estado Novo.

<sup>28</sup> Importante destacar que, correlato ao Decreto-lei nº 25.317/1935, à mesma altura, houve a sanção da Lei nº 1.901, de 21 de maio, de caráter proibitivo a atividades exercidas por “Associações Secretas” e de impedimento a funcionários públicos que nestas continuassem afiliadas. Diário do Governo, 21 de maio de 1935, I Série, nº 115, p. 699-700 (<https://dre.pt/application/file/577427>, consultado em 14/01/2016). Parte de um jogo político mais amplo para uma aproximação entre a Santa Sé e o Estado Novo, a urgência de tal diploma jurídico veio no sentido de tentar varrer, do corporativismo estatal português, quadros civis e militares associados a lojas maçônicas. Cf. António Henrique de Oliveira Marques, *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*, Lisboa, Dom Quixote, 1975.

-1936), e recentemente recuperada por Jorge Pais de Sousa<sup>29</sup> –, que não deixa parcialmente de caracterizar o Estado Novo enquanto regime *tendencialmente totalitário*, e cuja passagem de Eusébio Tamagnini pelo Ministério da Instrução Pública verificou-se exemplar neste sentido. Para tanto, foram consultados, presencialmente, no Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), os processos individuais de professores em nome: do então Reitor e professor catedrático da Faculdade de Medicina, João Duarte de Oliveira; de Eusébio Tamagnini; e dos saneados Aurélio Quintanilha e Sílvio Lima<sup>30</sup>. E por consulta eletrónica, foram acedidas algumas correspondências e ofícios datiloscritos, do Fundo Aurélio Quintanilha, em reserva na Biblioteca do Departamento de Botânica, da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra<sup>31</sup>.

O Processo Individual de João Duarte de Oliveira não inclui quaisquer documentos de cariz político-ideológico pertinentes a seu reitorado. Quanto ao de Eusébio Tamagnini, neste não é encontrado sequer um ofício (ou cópia) em seu nome, ou de qualquer subordinado, enquanto Ministro da Instrução Pública, e não há papel sequer que faça referência ao saneamento de colegas. Já o processo individual de Aurélio Quintanilha inclui um manuscrito que resume a contabilidade de seus vencimentos percebidos durante o período em que faz carreira docente e de investigador na Universidade de Coimbra até sua aposentação compulsória (1919-1935), e cópia de documento que solicita sua reintegração à instituição em 1976 (à altura Departamento de Botânica da reorganizada Faculdade de Ciências e Tecnologia), no qual recorda de seu desligamento sem qualquer ofício ministerial ou universitário que justificasse tal arbitrariedade. O processo individual de Sílvio Lima<sup>32</sup>, por sua vez, é aquele em que dispõe-se de um único documento pertinente ao saneamento suscitado pelo Decreto-lei nº 25.317/1935, que não passa de uma cópia simples de ofício

---

<sup>29</sup> Jorge Pais de Sousa, *O Fascismo Catedrático de Salazar*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2011.

<sup>30</sup> AUC, *Coleção Universidade de Coimbra, Processos Individuais de Professores*, Cxs. 63, 148, 191, 241. Estes processos não dispõem de precisa numeração das folhas, mantendo-se apenas a ordem cronológica da produção documental. O Processo Individual do ex-Secretário-Geral da Universidade de Coimbra, José de Oliveira Neves, não encontra-se em reserva no AUC (possivelmente, está mantido em fundos da reserva técnica do arquivo da Reitoria da UC, conforme alegam os funcionários do AUC).

<sup>31</sup> Repositório Digital da Biblioteca do Departamento de Botânica da Universidade de Coimbra, Fundo AQ, Pastas 19 e 22. Para aceder a todo o repositório digital do Fundo AQ: [http://webopac.sib.uc.pt/search~S74\\*por?/cfundo+aq/cfundo+aq/1%2C49%2C49%2CE/2browse/indexsort=c](http://webopac.sib.uc.pt/search~S74*por?/cfundo+aq/cfundo+aq/1%2C49%2C49%2CE/2browse/indexsort=c), consultado em 16 de janeiro de 2016.

<sup>32</sup> AUC, *Coleção Universidade de Coimbra, Processos Individuais de Professores*, Sílvio Vieira Mendes de Lima, Cx.148.

exarado pela “Direcção Geral do Ensino Superior” do Ministério da Instrução Pública remetido ao Reitor João Duarte de Oliveira, sendo seu signatário o então diretor João Pereira Dias, cujo conteúdo não há quaisquer rodeios, e no qual lê-se, tão somente:

“Exm<sup>o</sup>. Snr<sup>o</sup>. Reitor da Universidade de Coimbra  
Comunico a V.Ex<sup>a</sup>. que Sua Ex<sup>a</sup>. o Ministro determina que sejam desligados do serviço os seguintes funcionários desta Universidade:  
Dr. Sílvio Vieira Mendes Lima, professor auxiliar da Faculdade de Letras  
Dr. Aurélio Quintanilha, professor catedrático da Faculdade de Ciências  
Dr. José de Oliveira Neves, Secretário Geral  
A Bem da Nação.  
Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes em 16 de Maio de 1935.  
O DIRECTOR GERAL,  
(a) João Pereira Dias”.

À vista, percebe-se uma tal insensibilidade, ou *frieza*, do então ministro Eusébio Tamagnini no cometimento de atos persecutórios, contra antigos colegas de Universidade de Coimbra, mesmo que, *grosso modo*, a documentação depositada em arquivos não denuncia-lhe quanto a isto. Para cada um destes, por certo houve distintas motivações para efeitos do saneamento político-ideológico dentro da UC:

a) Contra Sílvio Lima, por ser um temerário que, em 1931, resolveu publicar a recensão *Notas Críticas à obra do Cardial Patriarca Manuel Gonçalves Cerejeira, “A Igreja e o Pensamento Contemporâneo”* (ou seja, uma afronta à autoridade eclesiástica e académica de quem aliás tinha sido aluno de Eusébio Tamagnini à cadeira de Etnologia, e do qual também foi membro de júri de exame de doutoramento); e que, em 1935, defendeu a polémica tese de concurso para professor extraordinário intitulada *O Amor Místico: noção e valor da experiência religiosa*.

b) Contra Aurélio Quintanilha, por ser um colega catedrático de Faculdade de Ciências, e de Assembleia Geral e Senado da Universidade, que não escondia sua opinião quanto aos rumos da Universidade em Portugal, e que requereu até quando o pôde por seus direitos de produção científica no próprio país perante os órgãos oficiais.

c) E contra José de Oliveira Neves, por este também ser elemento da ambiência institucional de Eusébio Tamagnini, na qualidade de Secretário-Geral da UC; e talvez por ser um republicano convicto, licenciado à mesma instituição que Salazar (FDUC); mas, sobretudo porque desde tempos da

Ditadura Militar este abertamente palestrava a estudantes sobre o perigo fascista e nacional-sindicalista que assombravam as universidades e o país.

Em função das circunstâncias demasiado silenciosas e subjetivas que permearam tal ato persecutório, vale também comentar sobre alguns documentos depositados no Fundo Aurélio Quintanilha que podem dizer algo mais sobre Eusébio Tamagnini à frente do Ministério da Instrução Pública. Aurélio Quintanilha, que já havia se tornado *persona non grata* na Assembleia Geral e no Senado da Universidade de Coimbra, não deixou entretanto de fazer novo pedido de bolsa de investigação no país (contudo desde à altura do cessante da tutela, Manuel Rodrigues Junior, já havia-se decidido por não conceder bolsas a este e outros investigadores). Ao contrário das disposições legais de regulavam as atribuições da JEN, no ofício nº5.007 do processo 1.524, datado de 15 de novembro de 1934<sup>33</sup>, resolvia Eusébio Tamagnini, arbitrariamente, acima de o todo meio universitário e científico nacional, que:

“Ora, por subsídios não se pode, em regra, entender remuneração directa e pessoal por trabalhos feitos, ou a fazer, mas auxílio pecuniário para o prosseguimento das investigações, que se pode revestir formas variadas: material e aparelhagem, bibliografia, custeio de serviços auxiliares, publicações de relatórios, etc. Além disso, a Junta não tem rigorosamente subordinado a concessão de bolsas no País aos preceitos estabelecidos nos artigos 62º e 63º e seus §§ do decreto regulamentar como o exame dos respectivos processos claramente o demonstra.

E, assim, determino que a Junta suspenda tôdas as bolsas no país, procedendo urgentemente à sua revisão nos termos indicados neste despacho 15/XI/1934

(a) Dr. Eusébio Tamagnini”.

Gerou-se, entre finais de 1934 e inícios de 1935, com este despacho, um grande celeuma no meio universitário e científico nacional<sup>34</sup>. Neste ínterim,

---

<sup>33</sup> Repositório Digital da Biblioteca do Departamento de Botânica da Universidade de Coimbra, “*Portugal. Ministério da Instrução Pública, correspondente*”, *Fundo AQ, Pasta (22a) – TAM(E)-I*, fls. 2 (<http://digitalis-dsp.uc.pt/html/10316.2/28406/globalItems.html?ln=pt-pt>, consultado em 12/01/2015).

<sup>34</sup> Vale também dizer que Aurélio Quintanilha, a dezembro de 1934, chegou até a remeter uma missiva acerca das últimas novidades científicas do Instituto Botânico ao ministro Eusébio Tamagnini, talvez como um modo de tentar estender a mão, mais uma vez, ao antigo colega de Faculdade de Ciências – algo que, se isto surtiu efeito prático, demonstrou-se negativo a ele mesmo. Cf. Repositório Digital da Biblioteca do Departamento de Botânica da Universidade de Coimbra, *Aurélio Quintanilha, Correspondência enviada. [Carta, 1934, Coimbra a] Ministro da*



Aurélio Quintanilha, que aguardava pelo resultado da bolsa desde antes de Eusébio Tamagnini assumir a pasta, até recebeu devida atenção do então Secretário-Chefe da JEN (e futuro Ministro da Educação Nacional, entre 1955 e 1961), Francisco de Paula Leite Pinto (o qual chegou a recomendá-lhe o modo de preparar o projeto e documentos anexos). Dada a intencional morosidade do trâmite burocrático, Aurélio Quintanilha chegou a também endereçar ao presidente da JEN (e do futuro Instituto para a Alta Cultura – IAC, e outras denominações), o professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, António Celestino da Costa (também saneado em 1941 pelo Decreto-lei 25.317/1935, mas imediatamente readmitido após recurso), uma carta de justificação quanto à sua necessidade de uma bolsa de investigação, cujo rascunho manuscrito data de 15 de março de 1935<sup>35</sup>, no qual são reproduzidas afirmações do próprio ministro, no referido despacho, e lê-se no excerto abaixo:

“Entende por outro lado o requerente que os trabalhos a que se tem dedicado estão mui assentes dentro daquela categoria de investigação científica que na opinião de S. Ex. o actual Ministro da Instrução se torna urgente acarinhá-lo e proteger, fornecendo aos professores, com disposição para tais estudos, as condições materiais e ambiente laboratoriais indispensáveis”.

De todo modo, não houve, contudo, tempo suficiente para Aurélio Quintanilha seguir com o pedido de bolsa. A partir de 14 de maio de 1935, este havia sido desligado de suas funções universitárias e de investigação, juntamente com o colega de Faculdade de Letras, Sílvio Lima, e o Secretário-Geral da Universidade de Coimbra, José de Oliveira Neves. No entanto, ao botânico e professor catedrático, em função de sua intensa produção e intercâmbio científicos que sempre manteve com parceiros do estrangeiro, foram-lhe abertas outras portas, em França e Inglaterra, logo em seguida à sua aposentação

---

*Instrução, [Lisboa] [manuscrito] / [A. Quintanilha]. UCFCT Ciências da Vida - Botânica ; Fundo AQ - Pasta (19) - QUI (APS)-6. Disponível em: [https://digitalis-dsp.uc.pt/html/10316.2/28908/UCFCTbt-AQ-19-QUI-APS-6\\_PDF/UCFCTbt-AQ-19-QUI-APS-6\\_PDF\\_24-C-R0120/UCFCTbt-AQ-19-QUI-APS-6\\_Obra\\_Completa\\_t24-C-R0120.pdf](https://digitalis-dsp.uc.pt/html/10316.2/28908/UCFCTbt-AQ-19-QUI-APS-6_PDF/UCFCTbt-AQ-19-QUI-APS-6_PDF_24-C-R0120/UCFCTbt-AQ-19-QUI-APS-6_Obra_Completa_t24-C-R0120.pdf). Última consulta a 16 de janeiro de 2016.*

<sup>35</sup> Repositório Digital da Biblioteca do Departamento de Botânica da Universidade de Coimbra, “*Quintanilha, Aurélio, 1892-1987, correspondente. [Carta, 1935 Mar. 19, Coimbra a] Presidente da J. E. N., [Lisboa] [manuscrito fls. 3]*”, Disponível em: [https://digitalis-dsp.uc.pt/html/10316.2/28898/UCFCTbt-AQ-19-QUI-APS-8\\_PDF/UCFCTbt-AQ-19-QUI-APS-8\\_PDF\\_24-C-R0120/UCFCTbt-AQ-19-QUI-APS-8\\_Obra\\_Completa\\_t24-C-R0120.pdf](https://digitalis-dsp.uc.pt/html/10316.2/28898/UCFCTbt-AQ-19-QUI-APS-8_PDF/UCFCTbt-AQ-19-QUI-APS-8_PDF_24-C-R0120/UCFCTbt-AQ-19-QUI-APS-8_Obra_Completa_t24-C-R0120.pdf). Última consulta a 16 de janeiro de 2016.

compulsória. Sílvia Lima viveu apenas de sua escrita e aulas particulares, até ser readmitido em 1941 (mas sem ter progredido na carreira universitária, até pedir aposentação em 1962). Não é conhecimento público, no entanto, o destino tomado por José de Oliveira Neves, após a purga de 1935.

### Apontamentos conclusivos

Como estudo complementar à sua tese de doutoramento sobre Sílvia Lima<sup>36</sup>, Paulo Archer de Carvalho também ensaiou acerca da perseguição, e da (auto)exclusão, conexas à história institucional, intelectual e sociocultural da Universidade de Coimbra – e que remonta aos Estudos Gerais dos séculos XVI e XVII; à Reforma Pombalina de 1772 a 1778; às crises e protestos docentes e discentes contra o foro académico no decurso de quase todo o século XIX e inícios do XX; e aos avanços e retrocessos também percebidos na governação universitária, e que marcaram toda a I República, inclusivamente quanto a este delicado tema. E com tais palavras o autor conclui o ensaio: “Com o Estado Novo, o *imago mundi* mais outra vez se ficcionaria na repressão privativa e na pública prelecção da intolerância”<sup>37</sup>. Para este efeito, e em sintonia a esta afirmação, António de Oliveira Salazar identificou, no meio universitário, indivíduos com o *habitus* e/ou *vocação científica e política*, tais como Eusébio Barbosa Tamagnini de Matos Encarnação, para não apenas compor sua “elite ministerial”, mas colocar em prática um imprescindível “fascismo de cátedra” àquela altura de estruturação e consolidação do Estado Novo.

E sob os auspícios jurídicos do Decreto-Lei nº25.317/1935, sucederam-se, com relativa intermitência, e em maior ou menor intensidade, em distintos momentos, outros casos de perseguição ao meio académico e científico português notadamente em 1947<sup>38</sup>. Após o retorno de Eusébio Tamagnini à Direção do Museu e Laboratório de Antropologia da Universidade de Coimbra, o caminho de seu sucessor já estava aparado para dar-se cabo do *republicano* Ministério da Instrução Pública, seja no plano político-ideológico como também pedagógico-científico. Sob a batuta de António Faria Carneiro Pacheco, que substituiu o cessante Eusébio Tamagnini a 18 de janeiro de 1936 – e por meio do Decreto-Lei nº 1.941, de 11 de abril daquele ano –, o Estado Novo criou o

---

<sup>36</sup> Paulo Archer de Carvalho, *Sílvia Lima. Um místico da Razão Crítica – da incondicionalidade do amor intelectuallis* Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Coimbra, 2009.

<sup>37</sup> Paulo Archer de Carvalho, “Expulsões Universitárias (1537-1910). Notas para uma antropologia da exclusão”, *Arquivo Coimbrão. Boletim da Biblioteca Municipal*, 17 (2012), p. 389.

<sup>38</sup> Fernando Rosas & Cristina Sizifredo, *Estado Novo e Universidade...*, cit.

Ministério da Educação Nacional, o qual assim perdurou nominalmente até ao 25 de abril de 1974.

Por fim, vale ressaltar que Eusébio Tamagnini, durante sua passagem à frente da tutela do Ministério da Instrução Pública – mesmo que esta fosse uma estratégia de Salazar para aproximar e/ou anular o nacional-sindicalismo durante os anos de estruturação do Estado Novo –, o cientista e ideólogo não apenas buscou implementar alguns aspetos investigados por ele em sua ambiência universitária, como apontou o modo pelo qual as Universidades e Instituições de Ensino Superior deveriam ser tratadas e relacionadas com o Estado tendencialmente totalitário. No plano da governação de Estado, sua missão estava cumprida.